

## A CONFIANÇA EPISTÊMICA NO TESTEMUNHO

ANNA CAROLINA VELOZO NADER TEMPORÃO<sup>129</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, discuto a confiabilidade do testemunho pessoal, explorando os desafios epistêmicos envolvidos na avaliação desse tipo de evidência. Trata-se de uma temática de grande urgência da grave crise epistêmica que vivemos nos dias atuais. Para tanto, considero diferentes abordagens filosóficas e argumento que o contexto é um fator crucial, embora não seja o único, na avaliação do testemunho. Destaco a natureza falível do testemunho humano, suscetível a falhas éticas e cognitivas. Destaco também as abordagens filosóficas históricas em relação ao testemunho, como a visão reducionista de David Hume e a visão não reducionista de Thomas Reid. Além disso, discuto o situacionismo epistemológico, que questiona a existência de virtudes intelectuais e enfatiza a influência de fatores situacionais na avaliação do testemunho. Apresento críticas a essa abordagem, com ênfase na vertente da Epistemologia das Virtudes, argumentando que o contexto é relevante, mas não suficiente para uma avaliação confiável do testemunho. Destaco também o papel da confiança no processo de avaliação do testemunho. Enfatizo a importância de considerar o contexto e ressalto que a confiança nas evidências pode ser epistemicamente justificada em determinados contextos. Concluo que as críticas empíricas ao situacionismo não comprometem a Epistemologia das Virtudes e que a avaliação do testemunho deve levar em conta diferentes elementos, como contexto, confiança e características individuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Testemunho; Reduccionismo; Não-reduccionismo; Confiança; Contexto.

### Introdução

Apelidado de "prostituta das provas" numa nomeação pejorativa porém bem-sucedida, o testemunho pessoal baseia-se em relatos humanos, os quais, por sua vez, estão sujeitos às falibilidades inerentes à sua natureza, sejam de origem ético-moral (como mentiras) ou devido às limitações de nossos aparelhos cognitivos em sua totalidade.<sup>130</sup>

Toda testemunha, perante o juízo, compromete-se a relatar os fatos conforme os percebe, estando sujeitos a sanções penais aqueles que proferem afirmações falsas, omitem ou ocultam a verdade. O artigo 369 do Código de Processo Civil brasileiro de 2015 estabelece que "As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente

<sup>129</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio com bolsa de fomento fornecida pela CAPES. E-mail: [carolinavelozo@gmail.com](mailto:carolinavelozo@gmail.com). Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4437604591802647>.

<sup>130</sup> Trata-se aqui de um vocábulo lastimavelmente usual na prática jurídica, o qual me obriga a sublinhar, em nota, esta manifestação deplorável de misoginia que se evidencia com recorrência em nossa linguagem, tanto vernácula quanto técnica e profissional.

legítimos, ainda que não especificados neste Código, para provar a *verdade* dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz."<sup>131</sup> Contudo, é neste momento que emerge um grande dilema: Diante da falibilidade inerente da mente humana, até que ponto podemos confiar no testemunho judicial como fontes verdadeiras? Essa questão, embora bem ilustrada pela prática jurídica, não se restringe a ela, ultrapassando seus escopos e nos fazendo questionar: Poderia o testemunho de alguém ser fonte legítima de conhecimento verdadeiro?

Uma investigação relevante abordando as virtudes intelectuais, éticas e políticas, realizada por Miranda Fricker<sup>132</sup> em sua teoria sobre a injustiça epistêmica (*Epistemic Injustice*), discute os equívocos cometidos pelas pessoas, especificamente em relação às suas capacidades enquanto conhecedores e transmissores de conhecimento. Para ilustrar essa questão, pode-se recorrer ao caso retratado no romance *O Sol é para Todos*, de Harper Lee, no qual Tom, um homem negro vivendo no Alabama dos anos 30, foi falsamente acusado de estuprar uma mulher branca. Seu testemunho, no qual ele se declarava inocente, foi completamente rejeitado pelo júri, composto majoritariamente por homens brancos, aos quais a sinceridade de Tom não pareceu genuína. Trata-se de um desafio concernente ao processamento do testemunho pelos seus destinatários devido a pouca credibilidade atribuída ao testemunho em função de preconceitos e estereótipos negativos. Fricker sustenta que o remédio para tal injustiça reside no cultivo daquilo que ela denomina de "virtude da justiça testemunhal". Aqueles que adquirirem tal virtude serão capazes de neutralizar com confiabilidade o preconceito em seus julgamentos de credibilidade, tratando, assim, os testemunhos com o devido respeito epistêmico que merecem.<sup>133</sup>

O presente trabalho tem como escopo explorar as questões epistemológicas da confiabilidade do testemunho, que é o meio pelo qual obtemos a maioria do nosso conhecimento. Trata-se de uma temática de grande urgência ante a grave crise epistêmica que vivemos nos dias atuais<sup>134</sup>. A análise da confiabilidade no contexto judicial pode contribuir tanto para a discussão entre filósofos como também entre juristas, concentrando-se não apenas nas questões de mentira e dissimulação, mas sim nos desafios que o sujeito do conhecimento enfrenta ao formar uma crença legitimamente verdadeira. Surge, então, o questionamento

---

<sup>131</sup> Brasil, 2015, [n.p]. Grifos nossos.

<sup>132</sup> Fricker, 2003, p. 154 *passim*.

<sup>133</sup> Temporão, 2022, p. 99.

<sup>134</sup> Agradeço aos dois revisores anônimos pelas excelentes sugestões feitas ao presente trabalho.

acerca do valor do testemunho, independentemente de seu contexto, enquanto fonte de conhecimento. Busca-se ressaltar e enfatizar a relevância do contexto e da confiança, considerando não apenas a argumentação filosófica, mas também as evidências fornecidas pela ciência empírica no que se refere a essa temática.

### 1. Um breve histórico do testemunho na filosofia

Historicamente, podemos identificar duas abordagens inaugurais na avaliação do conhecimento adquirido por meio do testemunho. Segundo a abordagem reducionista, a atitude inicial frente ao testemunho deve ser de incredulidade, isto é, não devemos confiar no testemunho alheio até que se possa examinar a veracidade deste através da própria experiência. Essa abordagem reducionista na avaliação das evidências, cujo fundador é considerado David Hume, limita ou reduz o valor epistêmico da evidência aos esforços cognitivos do sujeito do conhecimento. Hume considera o testemunho uma fonte secundária de crença, distinta da percepção sensorial direta ou da razão. Depender de um testemunho, para o filósofo, equivale a confiar na veracidade e precisão do relato da experiência de outra pessoa.<sup>135</sup> A força da crença em um testemunho, para Hume, deve ser proporcional à sua evidência. Isso significa avaliar evidências e não aceitar testemunhos sem questionamentos.<sup>136</sup>

Hume é amplamente conhecido por sua postura cética em relação aos milagres. Ele argumenta que, dada a improbabilidade de milagres como violações das leis da natureza, raramente, se é que alguma vez, seria racional aceitar um testemunho de um milagre, conforme o trecho abaixo:

Um milagre é uma violação das leis da natureza, e como essas leis foram estabelecidas por uma experiência firme e inalterável, a prova contra um milagre, pela própria característica do fato, é tão cabal quanto qualquer argumento imaginável derivado da experiência. (...) Nada que ocorra alguma vez no curso comum da natureza é considerado um milagre. (...) deve existir, portanto, uma experiência uniforme contra cada acontecimento milagroso, caso contrário ele não mereceria essa denominação. E como uma experiência uniforme equivale a uma prova, temos aqui uma prova direta e cabal contra a existência de qualquer milagre, pela própria natureza do fato e uma prova como essa não pode ser destruída, nem o milagre tornar-se digno de crédito, a não ser por efeito de uma prova oposta que seja superior à primeira.<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> Hume, 2004, p. 153-182.

<sup>136</sup> Hume, 2004, p. 177.

<sup>137</sup> Hume, 2004, p. 160.

A experiência passada desempenha um papel crucial na avaliação de testemunhos. A confiabilidade é estabelecida ao longo do tempo, onde certos testemunhos provam ser consistentemente verdadeiros.

Dan O'Brien entende que essa posição de Hume pode ser entendida como uma abordagem reducionista do testemunho, conforme se observa na passagem a seguir:

Os humeanos podem argumentar que tais crenças são justificadas se eu puder raciocinar desta maneira. Tenho de ser capaz de avaliar o registo do falante no passado, e de efetuar a inferência proposta. Isto é uma abordagem redutiva do testemunho, uma vez que, para o humeano, a fonte desta justificação testemunhal pode encontrar-se em algumas outras capacidades epistêmicas possuídas por mim. Tenho justificação para acreditar na Marta porque tenho uma prova perceptual de que ela disse regularmente a verdade no passado, porque me lembro de que ela tem um registo fidedigno, e porque sou capaz de efetuar a inferência acima referida. A justificação testemunhal é redutível à justificação providenciada pela percepção, pela memória e pela inferência.<sup>138</sup>

Em sentido semelhante ao de Hume, há argumentos em tradições filosóficas mais antigas, como as ideias de Platão do diálogo *Teeteto*, onde é levantada a hipótese de que aceitar o testemunho de alguém não é suficiente para alcançar o verdadeiro conhecimento, que não pode ser confundido com crença verdadeira, conforme se observa no trecho a seguir:

[...] quando juízes forem convencidos com justiça sobre coisas que somente a quem viu é possível saber, de outra forma não, ao julgar então essas coisas por ouvir dizer, tendo concebido uma opinião verdadeira, julgaram sem ciência [conhecimento], corretamente convencidos, se realmente julgaram bem. [...] Jamais, amigo, se em todo caso fosse a mesma coisa opinião verdadeira e ciência [conhecimento], um juiz eminente formaria opiniões corretas, sem ciência [conhecimento]. Mas o fato é que parece cada uma delas ser algo distinto.<sup>139</sup>

Uma outra abordagem defende o direito de confiar nas evidências como uma fonte independente de conhecimento na ausência de argumentos contraditórios. Thomas Reid<sup>140</sup>, defendeu veementemente essa posição. Em outras palavras, quando não há motivos para duvidar, a atitude inicial em relação ao testemunho deve ser de confiança. Essa segunda abordagem é denominada de não reducionista, pois o valor epistêmico da evidência como fonte

<sup>138</sup> O'Brian, 2013, p. 41.

<sup>139</sup> Platão, 2020, p. 213.

<sup>140</sup> Reid, 1983, p. 85 *passim*.

de conhecimento não se reduz unicamente aos esforços cognitivos do próprio sujeito, levando em consideração os fatores contextuais em sua abordagem.

O ponto de vista humeano defende que não possuímos qualquer razão para aceitar o testemunho de outra pessoa, a menos que tenhamos boas provas de sua confiabilidade. Thomas Reid, contemporâneo de Hume, propõe uma abordagem diametralmente oposta, argumenta que devemos sempre aceitar o testemunho de outra pessoa, a menos que tenhamos boas razões para suspeitar de que um determinado relato é falso. A posição inicial é de confiança, o que parece corresponder à nossa experiência prática, já que, em geral, acreditamos no que as pessoas dizem, a menos que tenhamos boas razões para não acreditar. A questão crucial consiste em compreender se esta atitude de confiança é justificada, ou se podemos estar sendo simplesmente ingênuos.

Reid fundamenta sua tese a partir de uma explanação sobre certos aspectos relevantes da natureza humana. Em primeiro lugar, temos a faculdade da credulidade: inclinamo-nos a acreditar no que as pessoas nos dizem (tal como tendemos a acreditar em nossos olhos e em nossa memória).

[Temos] uma predisposição para confiar na veracidade dos outros, e para acreditar no que nos dizem [...]. Chamaremos a isto o princípio da credulidade. É ilimitado nas crianças, até serem confrontadas com exemplos de logro e falsidade; e conserva um nível de força considerável ao longo da vida [...]. É evidente que, no que concerne ao testemunho, o equilíbrio do juízo humano pende, por natureza, para o lado da crença.<sup>141</sup>

Reid oferece evidências que sustentam a existência desta faculdade inata. Tal confiança manifesta-se com maior vigor nas crianças. Se esta fosse uma qualidade adquirida por meio da experiência, como sustentam os seguidores do pensamento de Hume, se esperaria que a credulidade fosse menos pronunciada nas crianças e aumentasse com o avançar da idade. Contudo, observa-se exatamente o oposto, indicando que a credulidade é inerente ao ser humano desde o nascimento.

Além disso, Reid postula que essa credulidade é justificada, pois as pessoas têm naturalmente uma inclinação a dizer a verdade.

[Temos] uma propensão para falar verdade, e para usar os signos da linguagem de forma a transmitir os nossos verdadeiros sentimentos [...]. A verdade é

---

<sup>141</sup> Reid, 1983, p. 85. Tradução livre. Todas as traduções incluídas neste trabalho foram realizadas por mim, de forma livre, exceto quando indicado de outra forma nas referências.

sempre soberana, e é o produto natural da mente. Não requer qualquer arte ou treino, indução ou tentação, mas uma simples resposta ao nosso impulso natural. Mentir, pelo contrário, é violentar a nossa natureza.<sup>142 143</sup>

Sob a perspectiva desses alegados fatos acerca da natureza humana, somos agraciados com um direito epistêmico *a priori* para acolher o testemunho alheio. Tendo em vista que a verdade é o "produto natural da mente", a nossa propensão inata para confiar nas palavras do outro encontra-se justificada. Contudo, em determinadas circunstâncias, podemos estar cientes de informações que restringem tal justificação. Podemos ter conhecimento de que certa pessoa é alcoólatra ou apresenta distúrbios mentais, bem como ser sensíveis a indícios mais sutis da confiabilidade de um orador: o tom de voz, as expressões faciais e a linguagem corporal podem sugerir que a nossa confiança seria traída em circunstâncias particulares. Dessa forma, a justificação que conferimos ao testemunho é, portanto, passível de ser revogada.

Os defensores do pensamento humeano, contudo, questionam a confiabilidade do testemunho e buscam demonstrar como podemos justificar sua aceitação. Entretanto, de acordo com a teoria de Hume, só obtemos justificação para aceitar o testemunho alheio se formos capazes de verificar a confiabilidade de seus informantes no passado ou se a veracidade do testemunho for confirmada por meio de outras fontes epistêmicas, como percepção, memória e raciocínio indutivo. Nesse sentido, há uma dimensão individualista presente na abordagem humeana. O testemunho pode, de fato, proporcionar-nos conhecimento, mas somente se tivermos adquirido informações empíricas substanciais acerca dos informantes.

Reid, por sua vez, rejeita esse elemento individualista. Para ele, temos justificação para aceitar a palavra dos outros sem necessariamente conhecermos seus históricos passados. Contudo, é importante notar que tanto os seguidores de Hume quanto os de Reid compartilham um compromisso crucial: o conhecimento pode ser adquirido por meio do testemunho. O conhecimento testemunhal pode ser uma forma de conhecimento em segunda mão - algo que foi adquirido por outros em algum momento -, mas não é uma forma de conhecimento de segunda categoria.

---

<sup>142</sup> Reid, 1983, p. 94.

<sup>143</sup> No original, em inglês: “*The first is a propensity to speak the truth, and to use the signs of language so as to convey our real thoughts. [...] Truth is always uppermost, and is the natural output of the mind. It requires no skill or training, no inducement or temptation; to be truthful all we need do is to yield to a natural impulse. Lying on the other hand is doing violence to our nature;*”

## 2. O testemunho na filosofia contemporânea

### 2.1 A abordagem teórica do testemunho

Na literatura contemporânea, John Hardwig<sup>144</sup> adota uma posição não reducionista na interpretação dos testemunhos. Hardwig defende a ideia da Dependência Epistêmica (*Epistemic Dependence*) do sujeito e a necessidade de confiar no testemunho do outro. Para Hardwig, a dependência epistêmica, ou seja, confiar na expertise e autoridade dos outros para formar crenças, é uma parte essencial da condição humana. Ele sustenta que muitas vezes temos um dever epistêmico de depositar confiança nos outros, especialmente quando estes possuem um conhecimento ou experiência que nos é inacessível. Além disso, Hardwig enfatiza o aspecto moral da confiança, argumentando que não confiar naqueles que são merecedores pode comprometer nossa integridade moral, levando-nos a subestimar o caráter ou as habilidades de alguém. Contrariando a ideia de que podemos obter conhecimento unicamente por meio de esforços autônomos, ele defende que a interdependência é uma característica central do conhecimento humano. Contudo, ele admite que confiar nos outros não é isento de complicações. Quando avaliamos a confiabilidade do testemunho de alguém, não estamos apenas ponderando sobre a veracidade de suas palavras, mas também sobre seu caráter e competência.<sup>145</sup>

Entretanto, diversos argumentos de natureza filosófica têm sido apresentados contra essa posição, e recentemente, vários estudos na literatura sobre psicologia social têm questionado a abordagem não reducionista da avaliação do testemunho. Experimentos sobre o tema têm demonstrado que a credibilidade da testemunha frequentemente se deve a fatores pouco relevantes, além da dificuldade dos sujeitos em reconhecer uma testemunha como sendo verdadeiramente confiável, conforme veremos em mais detalhes

Uma das críticas à posição de Hardwig pode ser atribuída ao próprio David Hume, em suas obras, como *Investigações Sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral*<sup>146</sup>. Conforme já mencionado, ele argumenta que a justificação para acreditar em um testemunho deve ser reduzida a outras fontes epistêmicas mais básicas, como a percepção, a memória e o raciocínio indutivo. Para Hume, simplesmente aceitar o testemunho de alguém

---

<sup>144</sup> Hardwig, 1985, p. 335-349.

<sup>145</sup> Hardwig, 1991, p. 693-708.

<sup>146</sup> Hume, 2004.

sem avaliar sua confiabilidade com base em outras evidências é epistemicamente imprudente.<sup>147</sup>

Elizabeth Fricker, em seu trabalho *Against Gullibility*<sup>148</sup>, apresenta outra crítica à excessiva confiança no testemunho. Ela alerta sobre os perigos inerentes de confiar demais nos outros, salientando que as pessoas podem ser movidas por variados motivos a não serem totalmente honestas e precisas em seus relatos. Fricker defende um certo grau de ceticismo epistêmico quando confrontados com testemunhos, sugerindo que devemos avaliar cada situação cuidadosamente e evitar a credulidade ingênua. Outra preocupação que surge no debate é a valorização da autonomia epistêmica.

Alguns filósofos argumentam que depender excessivamente dos outros para obter conhecimento pode minar nossa capacidade de pensamento crítico. Essa superdependência também pode nos tornar vulneráveis a desinformações ou falsidades, já que nem sempre o testemunho é dado com precisão ou honestidade. Richard Foley é conhecido por suas contribuições à epistemologia, particularmente no que se refere à racionalidade e à justificação. Em obras como *Working Without a Net: A Study of Egocentric Epistemology*<sup>149</sup> e *Intellectual Trust in Oneself and Others*<sup>150</sup>, ele discute a questão da confiança em si mesmo versus confiança nos outros. No entanto, o foco principal de Foley não é exatamente o perigo da superdependência do testemunho, mas sim as noções de racionalidade subjacente a essa confiança. Alvin Goldman também tem escrito sobre tópicos relacionados à aquisição de conhecimento de fontes sociais, incluindo o testemunho. Em *Knowledge in a Social World*<sup>151</sup>, ele explora uma variedade de tópicos epistemológicos em contextos sociais, abordando questões como a confiabilidade da comunicação, o papel dos especialistas e a natureza do conhecimento em contextos sociais. Ainda assim, enquanto Goldman discute a confiabilidade do testemunho em várias ocasiões, não se pode dizer que ele apresente uma crítica direta à superdependência do testemunho no mesmo sentido que, por exemplo, Elizabeth Fricker.<sup>152</sup>

---

<sup>147</sup> Hume, 2004, p. 153-182.

<sup>148</sup> Fricker, 1994.

<sup>149</sup> Foley, 1993.

<sup>150</sup> Foley, 2001.

<sup>151</sup> Goldman, 1999.

<sup>152</sup> É essencial notar que, enquanto ambos os filósofos (Foley e Goldman) têm relevância na epistemologia e em discussões relacionadas à confiança e testemunho, suas obras podem não abordar diretamente a ideia de "superdependência" como delineado anteriormente. Assim, é importante interpretar suas perspectivas com esse matiz em mente.

## 2.2. A abordagem empírica do testemunho

Joseph Shieber expõe em *Against Credibility*, que de acordo com estudos modernos no campo da psicologia social, a maioria dos sujeitos não é capaz de monitorar com segurança seus interlocutores para discernir se eles mentem ou merecem confiança.<sup>153</sup> Argumenta-se, em particular, que a confiança das pessoas é influenciada por fatores absolutamente irrelevantes para a determinação da real confiabilidade do sujeito. Sob essa perspectiva, qualquer conceito epistemológico que adote como condição que o sujeito deva ter a capacidade de determinar, de alguma forma, a confiabilidade da testemunha fica suscetível a uma objeção empírica.

Shieber menciona, especificamente, um estudo empírico que demonstrou que pessoas com aparência atraente têm maior sucesso em persuadir os outros do que aquelas que não são consideradas atraentes. Além disso, as pessoas apresentam uma incapacidade estatística em reconhecer mentiras apenas por meio de sinais puramente externos, como expressões faciais e gestos. Adicionalmente, os fraudadores muitas vezes se valem da "linguagem corporal" para parecerem mais convincentes. No estudo, os participantes eram solicitados a determinar se uma pessoa completamente desconhecida estava dizendo a verdade ou mentindo, e a precisão média na detecção de mentiras não excedeu 60%. Além disso, mesmo os profissionais cujas profissões exigem suspeitas constantes, como funcionários da alfândega e policiais, foram testados separadamente, alcançando aproximadamente os mesmos resultados.

Nos exemplos apresentados, os destinatários foram solicitados a discernir entre a sinceridade e a mentira das pessoas. Entretanto, não é imperativo que o destinatário seja capaz de determinar de forma categórica se a pessoa está mentindo ou se é digna de confiança. De fato, tal exigência representa um requisito de alta complexidade. É possível que, mesmo após conhecer uma pessoa por várias décadas, ainda reste uma parcela de incerteza quanto à sua confiabilidade absoluta.

É suficiente que o destinatário responda a determinados marcadores da situação ou contexto em que ele aceita as evidências, pois assim como o contexto é relevante na cognição individual, também o é no âmbito do testemunho. Considere, por exemplo, a reação de um profissional de enfermagem que recebe uma ligação telefônica de alguém que se faz passar por médico. À primeira vista, pode parecer que esses profissionais demonstraram credulidade.

---

<sup>153</sup> Schieber, 2012, p.01–18.

Todavia, ao considerarmos o contexto em que tal reação ocorreu, torna-se compreensível o comportamento adotado por eles.

Ao examinarmos esse mesmo caso, Adam Green observa o seguinte: 1) em 99% das ocasiões, as pessoas que aparentam ser médicos no ambiente hospitalar são, de fato, profissionais da área; 2) os médicos, de maneira geral, são especialistas altamente qualificados, submetidos a uma formação educacional que pode abranger até 10 anos; 3) adicionalmente, o hospital, como instituição de saúde, possui regras e padrões extremamente rigorosos para o tratamento dos pacientes, em virtude tanto da estrita aderência aos princípios éticos médicos quanto das consequências legais em caso de erro médico; 4) por fim, o descumprimento de uma prescrição médica por parte de um enfermeiro representa uma violação grave e, geralmente, prejudica o paciente.<sup>154</sup>

Diante de todas essas circunstâncias, a reação dos enfermeiros, em geral, é justificada. De fato, a situação em que alguém em um hospital finge ser médico, sem possuir tal qualificação, não é algo corriqueiro fora das narrativas cinematográficas. Portanto, quando um ator, como parte de um experimento, assume a falsa identidade de uma autoridade médica, é natural que o sujeito tome a decisão equivocada de confiar nessa pessoa. Considerando isso, seria possível argumentar que o comportamento desses profissionais de enfermagem é plenamente justificável devido à escassa ocorrência de médicos fraudulentos em ambientes hospitalares.

Outro experimento conduzido revelou que as pessoas são mais propensas a reagir a sinais externos de competência em vez de avaliar criteriosamente a presença real dessa competência. Nesse estudo, enfermeiros de um hospital receberam uma ligação de uma pessoa desconhecida que se apresentou como médico, solicitando a administração de medicamentos claramente inapropriados em doses evidentemente inadequadas para um paciente específico. Os pesquisadores buscaram identificar quais fatores poderiam suscitar suspeitas entre os enfermeiros diante dessa situação incomum. Entre esses fatores estavam: 1) a proibição das prescrições por telefone pelas regras do hospital; 2) a não aprovação do medicamento prescrito para uso naquela instituição de saúde; 3) a dose prescrita do medicamento significativamente excedente à recomendada; 4) a prescrição proveniente de um indivíduo que os enfermeiros jamais haviam encontrado antes. No total, o experimento contou com a participação de 22 enfermeiros. Os resultados obtidos foram, de fato, surpreendentes: durante o teste, 95% dos

---

<sup>154</sup> Green, 2017, p. 49.

enfermeiros já se preparavam para administrar os medicamentos prescritos por telefone, mas foram prontamente interrompidos a tempo pelos organizadores do experimento.

Outro estudo de grande relevância revelou que a presença do uniforme de um guarda exerceu uma influência significativa na persuasão dos interlocutores. Em particular, os sujeitos demonstraram maior confiança no interlocutor que estava vestindo o uniforme de guarda, conferindo-lhe crédito em 92% dos casos, em comparação com apenas 42% das pessoas que não estavam uniformizadas.

Em outra instância, durante um julgamento simulado, os sujeitos foram convidados a atuar como júris e incumbidos de avaliar a confiabilidade de uma testemunha. Observou-se que uma testemunha que se comportava como um "especialista" era considerada duas vezes mais convincente quando utilizava expressões complexas e obscuras, do que quando se comunicava de forma clara e acessível aos jurados. Conseqüentemente, a testemunha foi percebida como mais convincente pelos jurados quando estes, na verdade, não compreenderam plenamente o que estava sendo dito.

Esses resultados revelam a influência significativa que fatores externos, como o uso de uniformes ou a utilização de linguagem complexa, podem exercer sobre a percepção da credibilidade das testemunhas. Dessa forma, torna-se crucial analisar criticamente tais elementos ao avaliar o testemunho, a fim de evitar decisões baseadas em meros indicadores superficiais, que podem não refletir a verdadeira confiabilidade da informação apresentada.

Com base em todas essas evidências empíricas, Shieber chega à conclusão de que devemos reconhecer a falta de confiabilidade de nossa capacidade de discernir uma testemunha confiável. Tal constatação coloca em xeque qualquer interpretação não reducionista do testemunho.

Um dos exemplos bem conhecidos de preconceito cognitivo é encontrado nos estudos de Tversky e Kahneman.<sup>155</sup> No experimento, os participantes receberam informações sobre as qualidades de um homem que foi descrito por um ex-vizinho da seguinte forma:

“Steve é muito tímido e retraído, invariavelmente prestativo, mas com pouco interesse nas pessoas ou no mundo da realidade. Uma alma mansa e virtuosa, ele tem necessidade de ordem e estrutura e uma paixão por detalhes”. Como as pessoas avaliam a probabilidade de Steve exercer uma determinada profissão de uma lista de possibilidades (por exemplo, fazendeiro, vendedor, piloto de avião, bibliotecário ou médico)? Como as pessoas ordenam essas

---

<sup>155</sup> Tversky & Kahneman, 1974, p. 04.

profissões de mais provável para menos provável? Na heurística da representatividade, a probabilidade de Steve ser um bibliotecário, por exemplo, é avaliada pelo grau em que ele é representativo ou semelhante ao estereótipo de um bibliotecário. De fato, pesquisas com problemas desse tipo mostraram que as pessoas ordenam as profissões por probabilidade e por semelhança exatamente da mesma forma (...) essa abordagem para o julgamento de probabilidade leva a erros graves, porque a semelhança, ou representatividade, não é influenciada por vários fatores que deveriam afetar os julgamentos de probabilidade.<sup>156</sup>

Este exemplo ilustra como o preconceito cognitivo pode influenciar as decisões e inferências dos indivíduos, demonstrando a importância de compreender a interação complexa entre o pensamento, as percepções, e os estereótipos presentes em nosso processo de julgamento. O estudo de tais fenômenos é fundamental para uma análise aprofundada da mente humana e de suas peculiaridades no contexto da cognição.

Isso nos conduz à conclusão de que os estereótipos têm um impacto na capacidade de elaborar inferências precisas, lançando, assim, dúvidas sobre a confiabilidade de nossas habilidades cognitivas básicas, como a capacidade de realizar deduções, induções e raciocínios lógicos de modo fidedigno e livre das contaminações por vieses.

Objecções semelhantes também foram suscitadas em relação às virtudes de nível mais elevado. Pesquisadores como Karl Duncker propuseram aos entrevistados a resolução de várias tarefas que exigiam flexibilidade cognitiva, como se observa no artigo *On Problem Solving*. Em particular, foi apresentada aos sujeitos uma tarefa conhecida na psicologia como o *Problema da vela de Duncker (Duncker candle task)*:<sup>157</sup>

Suponha que você receba três itens: uma carteira de fósforos, uma caixa de tachinhas e uma vela. Sua tarefa é fixar a vela em uma placa de cortiça vertical de forma que, ao acendê-la, não pingue cera. O que você faz? Para resolver esse quebra-cabeça, algumas pessoas tentam prender a vela diretamente na rolha. Outros tentam acender a vela e usar a cera derretida como adesivo. Nenhum dos métodos funciona. A única solução é esvaziar a caixa, prendê-la à rolha e depois colocar a vela na plataforma assim criada. Quando é apresentado dessa forma, poucas pessoas conseguem resolvê-lo, mas quando

<sup>156</sup> No original, em inglês: "“Steve is very shy and withdrawn, invariably helpful, but with little interest in people, or in the world of reality. A meek and tidy soul, he has a need for order and structure, and a passion for detail” How do people assess the probability that Steve is engaged in a particular occupation from a list of possibilities (for example, farmer, salesman, airline pilot, librarian, or physician)? How do people order these occupations from most to least likely? In the representativeness heuristic, the probability that Steve is a librarian, for example, is assessed by the degree to which he is representative of, or similar to, the stereotype of a librarian. Indeed, research with problems of this type has shown that people order the occupations by probability and by similarity in exactly the same way (Kahneman & Tversky, 1973, 4). This approach to the judgment of probability leads to serious errors, because similarity, or representativeness, is not influenced by several factors that should affect judgments of probability.

<sup>157</sup> Duncker *apud* Alfano, 2011, p. 235.

o aparato é apresentado em quatro itens (uma caixa de fósforos, uma caixa, tachinhas e uma vela), a maioria resolve. Quando a caixa contém as tachinhas, as pessoas pensam nela como funcionalmente relacionada às tachinhas: é o tipo de coisa para segurar tachinhas. Quando a caixa e as tachinhas são apresentadas separadamente, as pessoas pensam nelas como funcionalmente distintas: uma caixa para guardar coisas (tachinhas, velas, o que for) e algumas tachinhas. Isso permite que eles vejam que a caixa pode ser usada para apoiar a vela. Os psicólogos usam a tarefa da vela como uma medida de flexibilidade e criatividade. Se você tem a caixa com as tachinhas, você é intelectualmente flexível o suficiente para pensar na caixa de uma nova maneira?

Outra pesquisa demonstrou que os participantes que receberam um doce antes da realização da tarefa ou aqueles que assistiram a uma curta comédia apresentaram resultados melhores nas tarefas de flexibilidade cognitiva. Em outras palavras, eles não apenas mostraram-se intelectualmente flexíveis e criativos, mas também "intelectualmente flexíveis de bom humor."<sup>158</sup>

Os pesquisadores também conduziram um experimento de natureza intrigante no qual convidaram diversos estagiários para realizar a correta determinação do diagnóstico de um paciente hipotético, mediante a descrição de sua condição clínica<sup>159</sup>. Precedendo o experimento, um primeiro grupo de controle foi agraciado com um doce, enquanto o segundo grupo recebeu um documento abordando questões éticas no âmbito médico; por sua vez, o terceiro grupo não foi presenteado com nada. Os estagiários foram submetidos a uma avaliação de raciocínio, abrangendo aspectos como velocidade, precisão e flexibilidade. Os resultados do estudo revelaram que aqueles que receberam o doce frequentemente solucionaram o problema com maior celeridade e adaptabilidade em comparação com aqueles que não receberam qualquer estímulo ou tiveram a oportunidade de ler o documento sobre ética médica.<sup>160</sup>

### 3. O testemunho segundo o situacionismo epistêmico e a Epistemologia das Virtudes.

Originário das reflexões situacionistas em ética, conforme explorado por Doris em *Lack of character: Personality and moral behavior*<sup>161</sup>, o situacionismo epistêmico propõe que as

<sup>158</sup> Isen et al *apud* Alfano, 2011, p. 236.

<sup>159</sup> Estrada, Isen & Young *apud* Alfano, 2011, p. 237.

<sup>160</sup> É importante salientar que, embora esse experimento tenha fornecido resultados intrigantes, sua interpretação requer cuidado e análise mais aprofundada. A relação causal entre a oferta do doce e o desempenho dos estagiários exige uma análise cautelosa, considerando possíveis variáveis que possam ter influenciado os resultados. Além disso, é fundamental contextualizar tais descobertas dentro do âmbito da pesquisa em psicologia e compreender a complexidade dos fatores que podem influenciar o desempenho cognitivo e a tomada de decisões em diferentes cenários. Deste modo, torna-se relevante ampliar as investigações e considerar outros aspectos que possam contribuir para uma compreensão mais abrangente do comportamento humano nesse contexto específico.

<sup>161</sup> Doris, 2002.

disposições epistêmicas são fortemente influenciadas pelo contexto. A discussão sobre essa corrente é crucial ao abordar a confiabilidade do testemunho devido à sua ênfase no papel do contexto nas práticas epistêmicas.

Ao abordar o testemunho sob essa perspectiva, observa-se que sua aceitação não se baseia apenas em critérios intrínsecos de confiabilidade ou coerência. Segundo Alfano em *Character as Moral Fiction*<sup>162</sup>, fatores contextuais como ambiente cultural, interações sociais e pressões de grupo podem modular nossa receptividade a determinados testemunhos. Portanto, o contexto, mais do que qualquer predisposição individual, pode definir a avaliação de um testemunho. Adicionalmente, Coady em *Testimony: A Philosophical Study*<sup>163</sup> destaca a complexidade da relação entre testemunho e autoridade. O situacionismo reforça essa visão ao indicar que as dinâmicas de poder impactam profundamente na aceitação ou rejeição de testemunhos. Em determinados contextos, a figura da autoridade pode ser decisiva para a credibilidade atribuída ao testemunho. Ao examinar as interseções entre normatividade social e práticas epistêmicas, Ross & Nisbett em *The Person and the Situation*<sup>164</sup> sublinham a influência das normas e valores culturais na valorização dos testemunhos. Tal reconhecimento nos conduz a ponderações sobre justiça epistêmica, já que a matriz situacional pode conduzir a desequilíbrios na avaliação de testemunhos. Miranda Fricker em *Epistemic Injustice*, ao discutir injustiças no âmbito do conhecimento, ressalta a necessidade de avaliar o testemunho além de seus méritos aparentes, considerando a influência do contexto.

Em síntese, o situacionismo epistêmico, ao incorporar as reflexões de autores renomados no domínio epistemológico, proporciona uma compreensão mais matizada sobre o papel do testemunho e suas interações com o contexto, desvelando uma intrincada rede de influências e implicações. Este foco contextual apresentado pelo situacionismo interage diretamente com o debate entre reducionismo e não-reducionismo exposto anteriormente (ponto 1), pois, enquanto os reducionistas defendem a necessidade de evidências independentes para justificar a crença em um testemunho, os não-reducionistas veem o testemunho como uma fonte inerente de conhecimento. O situacionismo, por sua vez, ao enfatizar o contexto, pode servir como um ponto de mediação entre essas posições, mostrando que o contexto pode influenciar nossa avaliação da confiabilidade de um testemunho.

---

<sup>162</sup> Alfano, 2014.

<sup>163</sup> Coady, 1992.

<sup>164</sup> Ross & Nisbett, 1991.

No entanto, para compreender plenamente o cenário epistemológico do testemunho, é indispensável considerar outras correntes epistemológicas que também fornecem insights valiosos sobre o tema. Entre elas, a Epistemologia das Virtudes destaca-se como uma abordagem particularmente influente e complementar. Quando aplicada ao domínio do testemunho, essa abordagem oferece insights únicos e soluções para os dilemas sobre como avaliar e responder ao testemunho dos outros.<sup>165</sup>

Dentro do campo da Epistemologia das Virtudes, destacam-se diversas contribuições fundamentais para o entendimento e avaliação do testemunho. Em primeiro lugar, é essencial ressaltar que agentes epistemicamente virtuosos possuem características marcantes, como discernimento, prudência e uma receptividade genuína à evidência. Assim, ao serem confrontados com um testemunho, tais agentes procedem a uma avaliação crítica da informação, levando em conta a confiabilidade da fonte, o contexto em que o testemunho é fornecido e outros fatores pertinentes. Esse enfoque na virtude do agente surge como uma resposta à tendência de adotar uma postura excessivamente crédula ou, inversamente, cética.

Adicionalmente, sob essa perspectiva epistemológica, torna-se evidente a importância de outorgar a devida credibilidade ao testemunhante. Miranda Fricker, ao abordar o conceito de *Injustiça Epistêmica*<sup>166</sup>, resalta que a incapacidade de reconhecer a credibilidade de um indivíduo configura-se como uma forma tangível de injustiça. Dessa maneira, a vertente virtuosa da epistemologia busca mitigar tal injustiça, enfatizando a necessidade do reconhecimento justo da credibilidade.

A responsabilidade inerente ao ato de testemunhar é outra dimensão a ser considerada. Agentes virtuosos, cientes de sua função epistêmica, não se restringem apenas à avaliação dos testemunhos alheios, mas também se comprometem com a autenticidade e a integridade quando estão nesta posição.

Além da dimensão individual, a Epistemologia das Virtudes apresenta implicações coletivas. Ela postula que comunidades nas quais virtudes epistêmicas são promovidas e valorizadas tendem a estabelecer trocas testemunhais mais confiáveis e frutíferas. Deste modo, observa-se que a Epistemologia das Virtudes, ao priorizar as virtudes e características do agente

---

<sup>165</sup> A Epistemologia das Virtudes consiste em uma abordagem contemporânea dentro da filosofia, que trata o conhecimento e a crença justificada em termos das virtudes cognitivas ou intelectuais de um agente. Ao invés de focar exclusivamente nas propriedades das crenças em si (como sua verdade ou justificação), a Epistemologia das Virtudes se concentra nas qualidades do agente epistêmico - suas virtudes e vícios intelectuais. (Cf. Temporão, 2022, p. 11 *passim*).

<sup>166</sup> Fricker, 2003, p. 154 *passim*.

epistêmico, propicia uma metodologia robusta e abrangente para abordar o intrincado domínio do testemunho, enfatizando uma avaliação equilibrada, o reconhecimento da credibilidade alheia e a primazia da integridade comunicativa.

Mark Alfano, em suas pesquisas sobre a Epistemologia das Virtudes e o caráter, levantou preocupações sobre a abordagem situacionista. O autor apresenta um desafio situacional à Epistemologia das Virtudes, delineando um conjunto de premissas incompatíveis da seguinte maneira:

1. (Anti-ceticismo radical) A maioria das pessoas possui conhecimento sobre algo.
2. (Responsabilismo clássico) O conhecimento é uma crença verdadeira adquirida e mantida pelas virtudes intelectuais.
3. (Situacionalismo epistêmico) A maior parte dos traços intelectuais de um indivíduo não são virtudes, pois são excessivamente suscetíveis a influências situacionais triviais e epistemicamente irrelevantes.<sup>167 168</sup>

Alfano não rejeita completamente a influência das situações no comportamento humano, mas contesta algumas das conclusões pessimistas que os situacionistas extraíram de seus estudos experimentais, particularmente a ideia de que as virtudes de caráter tradicionalmente concebidas são praticamente inexistentes ou epistemologicamente irrelevantes. Ele argumenta que a metodologia e a interpretação dos situacionistas não consideram adequadamente a complexidade do caráter humano e das virtudes. Em vez de ver o caráter como constituído por traços de virtude globalmente consistentes, Alfano sugere uma compreensão mais matizada. Ele introduz o conceito de "virtudes de nível inferior" (habituais e frequentemente inconscientes) e "virtudes de nível superior" (que envolvem reflexão e deliberação). Em sua análise, as virtudes de baixo nível são caracterizadas por processos automáticos, hábitos e reações emocionais que surgem em resposta a certos estímulos ou situações sem a necessidade de uma deliberação consciente. Essas virtudes, formadas principalmente através da repetição e internalização de padrões de comportamento, operam muitas vezes abaixo do limiar da consciência deliberada. Por outro lado, as virtudes de alto nível requerem um nível mais profundo de reflexão e autoconsciência. São cultivadas através

<sup>167</sup> Alfano, 2011, p. 234.

<sup>168</sup> No original, em inglês: “(non-skepticism) Most people know quite a bit. (classical responsibilism) Knowledge is true belief acquired and retained through responsibilist intellectual virtue. (epistemic situationism) Most people’s conative intellectual traits are not virtues because they are highly sensitive to seemingly trivial and epistemically irrelevant situational influences.”

da introspecção, reflexão e engajamento deliberado com dilemas morais e epistêmicos, atuando como reguladoras das virtudes de baixo nível.

Na visão de Alfano, os situacionistas muitas vezes interpretam os resultados de seus experimentos como evidência contra a existência de traços de caráter estáveis, enquanto esses resultados poderiam ser interpretados de maneira diferente quando se considera a coexistência de virtudes de nível inferior e superior. Adicionalmente, Alfano defende uma abordagem pluralista e multidimensional para entender o caráter, argumentando que as virtudes não são simplesmente disposições estáveis que se manifestam consistentemente em todas as situações. Em vez disso, elas podem ser manifestações contextuais específicas que ainda têm valor epistêmico e moral.

Em se tratando das virtudes, é imprescindível considerar a sua natureza intrínseca e a aplicação consistente em diversas situações, independente das circunstâncias transitórias, como o humor momentâneo ou o ambiente social em que são expressas. A verdadeira virtude, tanto intelectual quanto moral, se revela em sua constância e coerência, permeando o caráter do indivíduo, independentemente de eventuais fatores efêmeros ou passageiros. Nessa perspectiva, as virtudes são dotadas de uma nobreza que transcende as vicissitudes contingentes, tornando-se dignas de elogio em sua essência e manifestação genuína.

O mesmo questionamento pode ser aplicado à coragem intelectual, frequentemente tida como uma virtude, especialmente no contexto da Epistemologia das Virtudes<sup>169</sup>. Em um experimento conduzido por Ekman *et al.*<sup>170</sup> constatou-se que as pessoas tendem a hesitar em defender suas posições quando confrontadas por uma maioria oposta. Diante disso, surge o seguinte dilema: é possível distinguir a coragem intelectual com base na oposição enfrentada por um indivíduo, seja ela de 3, 10, 100 pessoas ou mais? Até onde alguém precisa resistir para ser reconhecido como intelectualmente corajoso?

---

<sup>169</sup> A coragem intelectual pode ser caracterizada como a capacidade ou disposição de manter e defender crenças, insights ou opiniões, mesmo diante de adversidades, ridicularização ou medo de consequências negativas. Em certos cenários, isso pode envolver a persistência em uma investigação apesar das pressões sociais ou institucionais contrárias ou a defesa de uma perspectiva minoritária em um ambiente desafiador. A valorização da coragem intelectual é motivada por diversas razões. Primeiramente, ela pode ser essencial para desafiar pontos de vista convencionais, abrindo caminho para a descoberta de novas verdades ou insights. Além disso, manter uma crença ou posição com base em evidências ou convicções, mesmo quando impopular ou arriscada, é frequentemente interpretado como um sinal de integridade intelectual. A coragem intelectual também pode contribuir para o crescimento pessoal, pois enfrentar e superar desafios intelectuais pode promover o desenvolvimento de outras virtudes intelectuais. Por último, essa virtude pode fomentar um ambiente acadêmico e social mais saudável, em que as ideias são avaliadas pelo seu mérito intrínseco, e não pela sua popularidade ou pelo status do proponente.

<sup>170</sup> Ekman et al., 1999, p. 263-266.

Essa indagação levanta questões sobre o alcance e a dimensão da coragem intelectual. Afinal, como delinear com precisão quantas vozes discordantes são necessárias para testar verdadeiramente a virtude da coragem intelectual? Não é uma tarefa trivial determinar um limite exato que define a bravura intelectual em face da oposição. Tal análise pode demandar uma avaliação mais refinada que leve em conta não apenas a quantidade de oposição, mas também a qualidade dos argumentos contrários e o contexto específico em que as divergências ocorrem.

Concordo com a posição de Alfano,<sup>171</sup> que reconhece, ao fim, que as pessoas não podem alcançar o ideal absoluto da virtude intelectual, porém podem se aproximar de maneira louvável desse ideal. As virtudes devem abranger uma abordagem global, de forma que, se um sujeito possui determinada virtude, ela não se manifestará apenas em situações específicas, mas permeia seu caráter como um todo. Virtude implica em perfeição e não é um atributo trivial ou facilmente alcançável. Assim como qualquer perfeição, nem todos a possuem, e a maioria das pessoas não possui características como mente aberta, autonomia intelectual, humildade intelectual, coragem intelectual, entre outras. Aqueles que de fato possuem tais qualidades nem sempre as demonstram em todas as circunstâncias.

Uma abordagem semelhante é advogada por Lorraine Code, ao enfatizar que, ao descrever virtudes - sejam morais ou intelectuais -, é de suma importância reconhecer que tal descrição representa um ideal inatingível em sua plenitude. Ela então acrescenta que é imperativo "manter os requisitos dentro das capacidades da pessoa comum, permitindo assim a possibilidade de identificar uma multidão de indivíduos virtuosos, embora talvez nenhum deles seja inteiramente virtuoso".<sup>172</sup>

## Conclusão

A discussão sobre o testemunho na filosofia tem sido historicamente permeada por duas abordagens fundamentais: o reducionismo e o não reducionismo. A abordagem reducionista defende que o testemunho precisa ser verificado por meio da experiência própria antes de ser confiável, enquanto o não reducionismo argumenta que podemos confiar no testemunho alheio, a menos que haja razões específicas para duvidar de sua veracidade.

---

<sup>171</sup> Alfano, 2012, p. 223-249.

<sup>172</sup> Code, 1984, p. 45.

Thomas Reid, defensor do não reducionismo, acredita que devemos confiar no testemunho alheio, a menos que tenhamos boas razões para suspeitar de sua falsidade. Ele fundamenta sua posição na existência da faculdade da credulidade, uma inclinação natural do ser humano para acreditar no que os outros dizem. Reid argumenta que essa inclinação é justificada, pois as pessoas têm uma propensão natural para falar a verdade e usar a linguagem de forma a transmitir seus verdadeiros sentimentos. Ele também destaca que a credulidade é inerente ao ser humano desde o nascimento e que a confiança no testemunho alheio é a atitude inicial mais comum na maioria das interações humanas.

Entretanto, os defensores do pensamento de David Hume criticam essa abordagem, argumentando que a confiança no testemunho alheio só pode ser justificada se tivermos boas provas de sua confiabilidade no passado. Segundo Hume, o conhecimento adquirido por meio do testemunho só é válido se pudermos verificar a confiabilidade dos informantes. Nessa perspectiva, a fonte da justificação testemunhal é redutível a outras capacidades epistêmicas, como percepção, memória e inferência.

Neste tocante, acredito que a melhor saída esteja entre as duas abordagens, reconhecendo o mérito em cada uma. Devemos evitar uma atitude de negação quanto ao testemunho alheio ao mesmo tempo em que não devemos descartar o quão valioso é traçarmos nós mesmos todo o caminho epistêmico, de modo a validar o testemunho, submetendo-o ao julgo de nossas faculdades racionais. Neste ponto, a máxima "trust, but verify" ("confie, mas verifique") se encaixa perfeitamente nesse cenário.<sup>173</sup>

Estudos na área da psicologia social têm revelado que a confiabilidade do testemunho muitas vezes está relacionada a fatores irrelevantes, como a aparência física, uso de uniforme ou até mesmo o humor do indivíduo. Experimentos têm mostrado que as pessoas são influenciadas por esses fatores e têm dificuldade em discernir se alguém está mentindo ou dizendo a verdade. Joseph Shieber argumenta que a falta de confiabilidade na capacidade de discernimento da testemunha coloca em xeque qualquer interpretação não reducionista do testemunho. Ele destaca que as pessoas não são capazes de monitorar com segurança seus interlocutores para determinar se eles estão mentindo ou merecem confiança. Além disso, a

---

<sup>173</sup> Neste ponto, a frase "trust, but verify" ("confie, mas verifique") é frequentemente atribuída ao ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, que as usou durante as negociações de controle de armas com a União Soviética na década de 1980. A frase se tornou um lema popular para descrever a abordagem da administração Reagan em relação aos acordos com a União Soviética.

confiança das pessoas pode ser influenciada por fatores irrelevantes para a determinação da confiabilidade da testemunha, como aparência física ou o uso de linguagem complexa.

Contudo, é essencial indagar se esses estudos e as críticas oriundas dos experimentos em psicologia realmente desacreditam a abordagem não reducionista sobre a confiabilidade do testemunho. Embora eles possam mostrar que as pessoas têm dificuldade em discernir a veracidade do testemunho com base em fatores superficiais, isso não significa, a meu ver, que devemos descartar a confiabilidade por completo do testemunho alheio. O contexto em que o testemunho é avaliado é essencial para determinar sua confiabilidade, e a confiança pode ser justificada mesmo na ausência de informações empíricas substanciais sobre a testemunha. Além disso, é importante reconhecer que a confiança no testemunho alheio é uma parte fundamental de nossas interações sociais. Acreditamos no que as pessoas dizem e confiamos em suas palavras na maioria das situações do dia a dia. Embora essa confiança possa ser traída em certos casos, isso não significa que devemos adotar uma atitude cética em relação ao testemunho alheio em todas as circunstâncias.

Ademais, o reconhecimento da importância do contexto para uma avaliação epistêmica da evidência é de suma importância. Em determinadas situações, o contexto pode exigir uma expressão mais cautelosa, como, por exemplo, ao nos comunicarmos com um gerente de vendas. Em contraste, ao interagir com um bibliotecário, tendemos a depositar maior confiança em suas palavras do que em um gerente de vendas. Vale ressaltar que tal distinção não implica que os gerentes de vendas não possam ser íntegros, nem que os bibliotecários não possam mentir. Apenas realçamos que a consideração do contexto é um componente fundamental em qualquer processo cognitivo, inclusive na comunicação. No entanto, cabe ressaltar que as características situacionais, embora possam contribuir para o sucesso epistêmico, não se constituem como elementos fundamentais: Se o bom humor auxilia na criatividade, isso não implica que sempre que estamos de bom humor, somos criativos.

Esta objeção se mostra irrelevante para uma posição não reducionista, visto que não requer que o destinatário reconheça, previamente, a testemunha como confiável. Conforme defendido por essa perspectiva, a postura padrão é confiar na testemunha na ausência de razões que apontem o contrário. Portanto, características como atratividade, uso de uniforme, entre outras, tornam-se insignificantes nesse contexto.

Em suma, a discussão sobre o testemunho na filosofia contemporânea ainda tem sido permeada pelas duas abordagens clássicas do reducionismo e do não reducionismo, não obstante tenha adquirido nuances distintas, como a inserção da temática do situacionismo.

Embora a crítica empírica do situacionismo possa questionar a confiabilidade do testemunho, é importante considerar o contexto em que o testemunho é avaliado e reconhecer que a confiança no testemunho alheio é uma parte fundamental de nossas interações sociais. Assim, demonstra-se que os argumentos empíricos apresentados não são irrefutáveis para uma abordagem não reducionista da avaliação de evidências. Esses argumentos podem ser interpretados de maneira distinta. Como destacado, é de suma importância considerar o contexto no qual o testemunho do outro é avaliado. Em determinado contexto, a confiança nas evidências pode ser epistemicamente justificada, enquanto em outro contexto, não o será. Nesse caso, o contexto representa um ambiente epistêmico, ou seja, o grau no qual nesse ambiente o sujeito é capaz de adquirir crenças verdadeiras.

Em conclusão, penso que as críticas provenientes de experimentos psicológicos não oferecem fundamentos suficientes para descartar a perspectiva não reducionista acerca da confiabilidade do testemunho. Entendo que esses experimentos nos incitam a exercer uma humildade em relação às nossas próprias capacidades individuais, reconhecendo os desafios em atingir um conhecimento genuíno, independentemente de ser por meio de testemunhos alheios ou de nossas próprias vivências. Deste modo, esses estudos apenas nos sugerem a necessidade de uma convivência mais harmoniosa com a inerente incerteza derivada tanto de relatos de terceiros quanto de nossas experiências diretas.

## Referências

ALFANO, M. Expanding the situationist challenge to responsibilist Virtue Epistemology. *The Philosophical Quarterly*, v. 62, n. 201, 2012, p. 223–249. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/j.1467-9213.2011.00016.x>>. Acesso em: 10 de Junho de 2023.

\_\_\_\_\_. *Character as moral fiction*. Cambridge University Press, 2014.

BRASIL. LEI nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2015, [N.p].

COADY, C. A. J. *Testimony: A philosophical study*. Clarendon Press, 1992.

CODE, L. Toward a "Responsibilist" Epistemology. *Philosophy and Phenomenological Research*, n. 45, 1984, p. 45.

DORIS, J. M. *Lack of character: Personality and moral behavior*. Cambridge (R.U.): Cambridge University Press, 2002.

EKMAN, P.; O'SULLIVAN, M. Who Can Catch a Liar? *American Psychologist*, v. 46, n. 9, 1991, p. 913–920.

EKMAN, P.; O'SULLIVAN, M.; FRANK, M. G. A Few Can Catch a Liar. *Psychological Science*, v. 10, n. 3, 1999, p. 263–266.

FOLEY, R. *Working without a net: A study of egocentric epistemology*. EUA: Oxford University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. *Intellectual trust in oneself and others*. Cambridge (R.U.): Cambridge University Press, 2001.

FRICKER, E. Against Gullibility. In: MATILAL, B.K.; CHAKRABARTI, A. (Org.). *Knowing from Words*. Synthese Library, vol 230, Cap. 8. Dordrecht: Springer, 1994, Disponível em: <[https://doi.org/10.1007/978-94-017-2018-2\\_8](https://doi.org/10.1007/978-94-017-2018-2_8)>. Acesso em: 10 de Junho de 2023.

FRICKER, M. *Epistemic Injustice*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GOLDMAN, A. I. *Knowledge in a social world*. Oxford (R.U.): Oxford University Press, 1999.

GREEN, A. *The Social Contexts of Intellectual Virtue: Knowledge as a Team Achievement*. Routledge Studies in Contemporary Philosophy. Taylor and Francis. Kindle Edition, 2017, p. 49.

HARDWIG, J. *Epistemic Dependence*. *The Journal of Philosophy*, n. 82, 1985, p. 335–349.

\_\_\_\_\_. The Role of Trust in Knowledge. *The Journal of Philosophy*, vol. 88, n. 12, 1991, p. 693–708

HUME, D. *Investigações Sobre o Entendimento Humano e Sobre os Princípios da Moral*. Tradução José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: UNESP, 2004. Título Original: *Enquiries Concerning Human Understanding and Concerning the Principals of Moral*.

NISBETT, R. E. & ROSS, L. Person and the situation: Perspectives of social psychology. 1991. p. 119-144.

O'BRIAN, D. *Uma Introdução à Teoria do Conhecimento*. Tradução Pedro Gaspar. Lisboa: Gradiva. Título Original: *An Introduction to the Theory of Knowledge*, 2013.

REID, T. *Inquiry and Essays*. Eds. R. Beanblossom and K. Lehrer. Indianapolis: Hackett, 1983.

SHIEBER, J. Against Credibility. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 90, n. 1, 2012, p. 1-18. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00048402.2011.560953>>. Acesso em: 10 de Junho de 2023.

TEMPORÃO, A. *Epistemologia das Virtudes: A virada ética da filosofia contemporânea*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2022.

TVERSKY, A., & KAHNEMAN, D. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. *Science*, v. 185 n, 4157, p. 1124-1131, 1974. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/cbo9780511809477.002>>. Acesso em: 10 de Junho de 2023.